

CORREIO DE CAMPINAS

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Vereador Luiz Rossini, na 9ª Reunião Ordinária

Moção para restaurante Bom Prato no HC da Unicamp I

O vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP), presidente da Câmara, protocolou uma moção de apelo direcionada ao governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do mesmo partido, solicitando a instalação de uma unidade fixa ou móvel do restaurante Bom Prato nas dependências do Hospital de Clínicas da Unicamp. A justificativa foca na demanda diária da unidade de saúde, que atende milhares de pacientes e acompanhantes. Destaca que parte desse público vive em situação de vulnerabilidade e encontra obstáculos para adquirir alimentação com valores reduzidos. Afirma que a medida visa oferecer suporte e dignidade aos usuários do sistema de saúde universitário.

Moção para restaurante Bom Prato II

A última pesquisa sobre os frequentadores do Bom Prato, realizada em 2025 pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) em todas as regiões do Estado, aponta que 55,6% têm renda mensal de 0 a um salário mínimo; 67,3% são homens e 30,3% mulheres; 68% estão com cadastro no CadÚnico e recebem benefício de transferência de renda; e 85,9% disseram que os alimentos em casa acabam antes que tenham recursos.

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Vereador Wagner Romão (PT-SP) discursando na tribuna

Concessão de barragens I

A Subcomissão de Segurança Hídrica, da Comissão Permanente de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campinas, realiza às 10h desta quarta-feira (11) uma reunião aberta ao público para debater o projeto de concessão do Sistema Adutor Regional das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (SAR-PCJ). A concessão proposta pelo Governo de São Paulo defende entregar para a iniciativa privada, por 30 anos, a operação das barragens de Pedreira e Duas Pontes (em Amparo), projetadas para abastecer a região.

Concessão de barragens II

“É perigoso fazer essa PPP em um momento de crise hídrica e um ano antes da renovação da outorga do Cantareira. A Sanasa hoje pega água no Atibaia e não paga nada. Com a concessão, será obrigada a comprar da barragem de Pedreira. Esse projeto não é bom para a população, que pagará mais pela água”, afirma o presidente da subcomissão, Wagner Romão (PT-SP).

PINGA-FOGO

Supérfluo I

O aumento no número de assessores dos parlamentares da Câmara Municipal não resultou até o momento em produção legislativa de interesse da população. A última sessão, na segunda (9), foi marcada por concessões de diplomas e títulos de cidadania, ao invés da proposta de leis significativas.

Supérfluo II

O problema não é a rasgação de seda em si, mas do fato dessa ser a maior produção do Legislativo ao custo de impostos. Foram criados 105 novos cargos, onerando o bolso do contribuinte campineiro com R\$ 20 milhões anuais. Um preço alto para adulação e resultados inexpressivos a quem paga a conta.

Imprescindível I

O vereador Gustavo Petta (PCdoB-SP) protocolou requerimentos na Câmara solicitando a convocação do Secretário Municipal de Saúde, Lair Zambon, e do diretor-presidente da Rede Dr. Mário Gatti, Sérgio Bisogni, para prestar esclarecimentos sobre a situação da saúde no município.

Imprescindível II

Entre os apontamentos: falta de remédios nos centros de saúde, déficit de profissionais na rede municipal e suspensão de novas internações na UTI do Hospital Dr. Mário Gatti devido à bactéria multirresistente. Além disso, fila por cirurgias eletivas ultrapassando 3.500 pacientes, evidenciando gargalos estruturais no sistema.

Imprescindível III

“Estamos recebendo inúmeras denúncias de moradores sobre o sucateamento da rede pública de saúde. A população precisa de respostas claras da gestão municipal”, afirma o parlamentar, que também questiona contratos firmados com empresas para recepção, limpeza e segurança nos postinhos e hospitais.

Imprescindível IV

“O SUS é uma das políticas públicas mais importantes do país e precisa ser tratado com responsabilidade. A população de Campinas tem o direito de saber o que está acontecendo com a saúde da cidade e quais medidas estão sendo adotadas para resolver esses problemas”, declara o vereador.



Mariana Conti (PSol-SP) na 10ª Reunião Ordinária da Câmara

Conti denuncia o app TikTok por agressão a mulheres

Vereadora de Campinas reportou caso ao Ministério Público

Raquel Valli

A vereadora de Campinas (SP) Mariana Conti (PSol-SP) denunciou o TikTok no Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) devido a trend intitulada “treinando caso ela diga não”. Solicita a responsabilização da plataforma e dos criadores de vídeos que demonstram homens se preparando para atacar mulheres caso elas recusem a ter algum tipo de relação com eles. As imagens mostram homens — em geral, adolescentes e jovens — simulando golpes com socos, chutes, facas e armas.

“Se trata basicamente de uma apologia explícita ao feminicídio. Isso é muito grave, e os autores têm que ser responsabilizados. Mas, mais do que isso, a plataforma tem que ser responsabilizada e obrigada a retirar esses vídeos do ar. Não estamos falando de um vídeo isolado, mas de uma trend, que está circulando amplamente no Tik Tok. São parte de uma comunidade red pill, de masculinidade tóxica, que confia na impunidade e na convivência das plataformas”, afirma a parlamentar.

Conti cobra ainda uma medida permanente por parte da rede social, “a fim de impedir a circulação de conteúdos carregados de discurso de ódio e de apologia à violência”. Ainda de acordo com a parlamentar, “estamos diante de um aumento terrível de casos

de feminicídio, e é inaceitável que as big techs sigam coniventes com esse tipo de conteúdo e, pior ainda, lucrando com eles”, acrescenta.

A vereadora defende a aprovação do Projeto de Lei nº 6075/2025, popularmente chamado de “PL Anti-Red Pill”, apresentado pela deputada federal Sâmia Bomfim, também do PSol-SP. O projeto propõe a criminalização do discurso misógino na internet. “É um passo fundamental contra a normalização do discurso de ódio às mulheres e, portanto, para o combate à violência”. Uma petição pública foi aberta, no site da deputada, para a coleta de assinaturas em apoio à medida.

O outro lado

Em resposta ao Correio da Manhã, o TikTok encaminhou a seguinte nota: “os conteúdos que violam nossas Diretrizes da Comunidade foram removidos da plataforma assim que identificados. Nosso time de moderação segue atento e trabalhando para identificar possíveis conteúdos violativos sobre o tema. Não permitimos discurso de ódio, comportamento violento e de ódio ou promoção de ideologias de ódio. Nossa prioridade é manter a comunidade segura e protegida, e continuamos a investir em medidas contundentes que reforçam e defendem ativamente a segurança de nossa plataforma.”